

Cadernos
IHU *ideias*



Ano 13 • nº 219 • vol. 13 • 2015 • ISSN 1679-0316



A racionalidade contextualizada em
Feyerabend e suas implicações éticas:
um paralelo com Alasdair McIntyre

Halina Macedo Leal

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



 UNISINOS

A Racionalidade Contextualizada em Feyerabend
e suas Implicações Éticas:
Um Paralelo com Alasdair MacIntyre

*The Rationality Contextualized in Feyerabend:
a parallel with Alasdair MacIntyre*

Halina Macedo Leal
UNIOESTE

Resumo

A crítica de Karl Paul Feyerabend ao racionalismo universalista e a apresentação de seu “anarquismo epistemológico” conduz a uma reflexão acerca das possibilidades racionais da ciência dentro do contínuo razão-prática, no qual é identificado o papel do sujeito cognoscente em condições epistemológicas contextuais. Isto pressupõe noções como liberdade, vontade e responsabilidade individuais, as quais permitem refletir acerca das implicações éticas desta racionalidade científica contextualizada. A ética das virtudes proposta por Alasdair MacIntyre salienta a tradição de pesquisa racional, apresentando um sistema de justificação moral que defende a existência de princípios dentro de tradições, nas quais a história desempenha papel importante na compreensão da construção de valores de ação. Tendo em vista características específicas da concepção epistemológica de Feyerabend e da concepção ética de MacIntyre, o presente artigo tem por objetivo analisar as possíveis aproximações entre os pensamentos dos dois autores referidos, considerando o conceito de racionalidade expresso na abordagem de cada um.

Palavras-chave: Paul Feyerabend, Alasdair MacIntyre, Racionalidade, Epistemologia, Ética.

Abstract

Paul Karl Feyerabend's criticism to universalist rationalism and the presentation of his “epistemological anarchism” leads to a reflection about the possibilities of science in the continuous reason-practical, where is identified in the role of the scientist in contextual epistemological conditions. This presupposes notions as freedom, will and individual responsibility, which allow reflecting on the ethical implications of this contextualized scientific rationality. The ethics of virtue proposed by Alasdair MacIntyre emphasizes the tradition of rational inquiry, presenting a system of moral justification that argues for principles within traditions, in which the story plays an important role in understanding the construction of action values. Having in view the specific characteristics of Feyerabend's epistemological conception and the ethics project of MacIntyre, this article aims to analyze the possible similarities between the thoughts of these two authors, considering the concept of rationality expressed in each approach.

Key-words: Paul Feyerabend, Alasdair MacIntyre, Rationality, Epistemology, Ethics.

cadernos **IHU** ideias

**A Racionalidade Contextualizada em
Feyerabend e suas Implicações Éticas:
Um Paralelo com Alasdair MacIntyre**

Halina Macedo Leal

UNIOESTE

ano 13 • nº 219 • vol. 13 • 2015 • ISSN 1679-0316

 UNISINOS

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS 

Cadernos IHU ideias é uma publicação quinzenal impressa e digital do **Instituto Humanitas Unisinos** – IHU que apresenta artigos produzidos por palestrantes e convidados(as) dos eventos promovidos pelo Instituto, além de artigos inéditos de pesquisadores em diversas universidades e instituições de pesquisa. A diversidade transdisciplinar dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é a característica essencial desta publicação.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor: Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

Vice-reitor: José Ivo Follmann, SJ

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor: Inácio Neutzling, SJ

Gerente administrativo: Jacinto Schneider

www.ihu.unisinos.br

Cadernos IHU ideias

Ano XIII – Nº 219 – V. 13 – 2015

ISSN 1679-0316 (impresso)

Editor: Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

Conselho editorial: MS Caio Fernando Flores Coelho; Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; Prof. MS Gilberto Antônio Faggion; Prof. MS Lucas Henrique da Luz; MS Marcia Fosane Junges; Profa. Dra. Marlene Maia; Profa. Dra. Susana Rocca.

Conselho científico: Prof. Dr. Adriano Naves de Brito, Unisinos, doutor em Filosofia; Profa. Dra. Angelica Massuquetti, Unisinos, doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade; Profa. Dra. Berenice Corsetti, Unisinos, doutora em Educação; Prof. Dr. Celso Cândido de Azambuja, Unisinos, doutor em Psicologia; Prof. Dr. César Sanson, UFRN, doutor em Sociologia; Prof. Dr. Gentil Corazza, UFRGS, doutor em Economia; Profa. Dra. Suzana Kilpp, Unisinos, doutora em Comunicação.

Responsável técnico: MS Caio Fernando Flores Coelho

Arte da capa: Tomasinhache

Revisão: Carla Bigliardi

Editoração eletrônica: Rafael Tarcísio Forneck

Impressão: Impressos Portão

Cadernos IHU ideias / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. – Ano 1, n. 1 (2003). – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003. –

v.

Quinzenal (durante o ano letivo).

Publicado também on-line: <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-ideias>>.

Descrição baseada em: Ano 1, n. 1 (2003); última edição consultada: Ano 11, n. 204 (2013).

ISSN 1679-0316

1. Sociologia. 2. Filosofia. 3. Política. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.

CDU 316

1

32

Bibliotecária responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

ISSN 1679-0316 (impresso)

Solicita-se permuta/Exchange desired.

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Toda a correspondência deve ser dirigida à Comissão Editorial dos Cadernos IHU ideias:

Programa de Publicações, Instituto Humanitas Unisinos – IHU
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos
Av. Unisinos, 950, 93022-000, São Leopoldo RS Brasil
Tel.: 51.3590 8213 – Fax: 51.3590 8467
Email: humanitas@unisinos.br

A RACIONALIDADE CONTEXTUALIZADA EM FEYERABEND E SUAS IMPLICAÇÕES ÉTICAS: UM PARALELO COM ALASDAIR MACINTYRE

Halina Macedo Leal

UNIOESTE

Introdução

Paul Karl Feyerabend (1924-1994) ocupa uma posição peculiar nas discussões filosóficas acerca da ciência. Suas ideias sobre a conduta razoável dos cientistas operam na direção de elucidar e resolver a dificuldade de compatibilização de critérios ou padrões científicos permanentes e circunstâncias de aplicação variadas e variáveis. Suas análises não são expressas de forma positiva, por meio da apresentação direta de uma teoria do método ou teoria da racionalidade científica, mas são apresentadas por meio da negação de características atribuídas ao racional em sentido clássico como, por exemplo, as características de neutralidade, universalidade e formalidade.

A crítica do filósofo se direciona principalmente às metodologias (traduzidas em termos de padrões racionais ou racionalismo) do Positivismo Lógico¹ e de Karl Popper (1902-1994). Feyerabend procura mostrar que, embora distintas, as concepções propostas por tais abordagens, ao defenderem um certo grau de universalidade na condução de pesquisas, inibem a liberdade e a criatividade humanas, necessárias, segundo ele, à ciência.

Com sua crítica, Feyerabend procura demonstrar não somente as falhas dos critérios do racionalismo vigente, mas também o que efetivamente foi alcançado no âmbito científico, seja pela aplicação de regras do próprio racionalismo ou de procedimentos considerados irracionais na

1 O termo "Positivismo Lógico" designa um conjunto de filósofos e cientistas europeus agrupados no autodenominado Círculo de Viena, surgido no início da década de 1920. Este grupo de pensadores, embora com diferenças importantes de abordagens entre seus membros, defendia, em geral, uma forma estrita de empirismo, com valorização da lógica simbólica como guia e critério de avaliação da significatividade dos enunciados científicos.

perspectiva racionalista. Nesses termos, a epistemologia feyerabendiana não implica simplesmente uma crítica negativa aos padrões racionais. Sua postura crítica e sua proposta “anarquista” atualizam a possibilidade de consideração de uma racionalidade em termos diversos aos da universalização de critérios e padrões de investigação científica, defendida pelo racionalismo criticado pelo autor.

O *anarquismo epistemológico* feyerabendiano, alicerçado na proliferação, é expresso como um pluralismo teórico e metodológico. Isto é reafirmado pela proposta da *contraindução*, que estimula a multiplicidade por meio da defesa da invenção de teorias inconsistentes com teorias bem estabelecidas, e pela sua “tese” da *incomensurabilidade*, que procura afastar a possibilidade de apreensão uniforme da realidade.²

Considerando como pressupostos a crítica de Feyerabend ao racionalismo e suas propostas de análise da ciência, emerge o que pode ser apreendido como a racionalidade científica segundo o autor. Esta racionalidade molda-se no decorrer de sua obra e torna-se mais explícita e elaborada nos escritos tardios de Feyerabend. Nesses escritos, o autor analisa as relações entre princípios universais e contextualização de forma mais detalhada, permitindo que se depreenda de seu exame a defesa de uma contextualização do racional ou, em outras palavras, uma *racionalidade científica contextualizada*.

A racionalidade científica contextualizada em Paul Feyerabend

As relações entre universalidade e contextualização estão expressas nas reflexões do autor acerca das interações entre ciência (ou prática) e razão (ou racionalidade)³:

[...] a razão, pelo menos sob a forma em que é defendida pelos lógicos, filósofos e alguns cientistas, não corresponde à ciência e poderia não ter contribuído para o seu crescimento. Esse é um bom argumento contra aqueles que admitem a ciência e também são escravos da razão. Eles devem agora fazer uma escolha. Eles podem ficar com a ciência; podem ficar com a razão; não podem ficar com ambas. (FEYERABEND, 1993: p. 241 – tradução da autora)

2 A rigor, Feyerabend não apresenta nenhuma proposta nem defende nenhuma tese, em sentido convencional. Seu estilo argumentativo é notoriamente *sui generis*, sobretudo nas primeiras edições de *Contra o Método*. Caracterizar sua forma de apresentar propostas ou “defender” suas teses é parte deste artigo.

3 Nesse momento, Feyerabend identifica ciência com prática e razão com racionalidade, para salientar a existência efetiva de uma multiplicidade de empreendimentos científicos e a presença, de algumas filosofias da ciência, de estabelecer padrões universais de orientação desses empreendimentos. Com isto, Feyerabend objetiva examinar as possibilidades de relações dessa multiplicidade com esses padrões.

Feyerabend inicia suas reflexões afirmando a possibilidade de apreensão de três pontos de vista. São eles: *idealismo*, *naturalismo* e *anarquismo ingênuo*.

Na perspectiva do idealismo, a razão guia a prática, ou seja, a razão orienta a prática de acordo com suas próprias exigências. Para Feyerabend, as dificuldades desta proposta residem no fato de que o idealista deseja “agir racionalmente” e pretende que suas ações racionais conduzam a resultados que não apenas tornam-se efetivos no âmbito das idealizações que utiliza, mas também no contexto real do mundo onde habita. Isto geralmente não é possível (FEYERABEND, 1993: cap. XVII).

Nestes termos, o conflito entre a racionalidade e as expectativas foi, segundo Feyerabend, um dos principais motivos da constante reformulação dos cânones da racionalidade, encorajando, assim, o surgimento do naturalismo.

Do ponto de vista do naturalismo, a razão recebe conteúdo e autoridade da prática, descrevendo o modo como a prática funciona e formulando seus princípios subjacentes. Para Feyerabend, o naturalismo também não é satisfatório, na medida em que seus critérios de orientação são extremamente limitados e não apresentam critérios de escolha entre práticas. Com respeito às dificuldades do idealismo e naturalismo, Feyerabend afirma:

As dificuldades do naturalismo e do idealismo têm certos elementos em comum. Frequentemente, a inadequação de padrões torna clara a insuficiência da prática que engendram, e, frequentemente, as limitações das práticas são muito óbvias quando se desenvolvem práticas baseadas em diferentes padrões. (FEYERABEND, 1993: p. 223 – grifo no original; tradução da autora)

O *anarquismo ingênuo*, por sua vez, afirma a limitação e inutilidade de todas as regras e critérios no âmbito científico. Feyerabend critica esta posição, na medida em que, na sua perspectiva, as pesquisas são orientadas por regras e princípios. O que o autor rejeita são regras e princípios universais independentes de contextualização, não todo e qualquer tipo de padrão de orientação de pesquisas.

Da análise e crítica desses pontos de vista acerca das interações entre razão e prática, Feyerabend propõe o que denomina de *interacionismo*.

[...] eu sugiro uma nova *relação* entre regras e práticas. É esta relação e não qualquer conteúdo de regras particular que caracteriza a posição que eu desejo defender. Essa posição adota alguns elementos do *naturalismo*, mas rejeita a filosofia naturalista. (FEYERABEND, 1993: p. 230 – grifo no original; tradução da autora)

O naturalismo diz que a razão é completamente *determinada* pela pesquisa. Disto conservamos a ideia segundo a qual a pesquisa pode mudar a razão.

O idealismo diz que a razão *governa* completamente a pesquisa. Disto conservamos a ideia segundo a qual a razão pode mudar a pesquisa. Combinando os dois elementos, chegamos à ideia de *um guia que é parte da atividade guiada e transformado por ela*. Isto corresponde à visão interacionista da razão e da prática [...]. (FEYERABEND, 1993: p. 232 – grifo no original; tradução da autora)

A posição interacionista de Feyerabend afirma que a razão constitui-se num guia para a prática, ao mesmo tempo que, pela sua aplicabilidade a uma situação prática específica, ela é modificada, corrigida e aperfeiçoada. Não há, neste contexto, privilégio da razão sobre a prática nem da prática sobre a razão, ambas são necessárias e não podem existir independentemente uma da outra. Como o próprio autor afirma: “[...] razão e prática não são dois tipos diferentes de entidades, mas *partes de um só processo dialético*.” (FEYERABEND, 1993: p. 223 – grifo no original; tradução da autora)

Assim, os padrões racionais não são considerados fixos, universais, com autoridade independente do contexto específico ao qual se aplicam, nem são totalmente vazios, preenchendo-se única e exclusivamente através do conteúdo fornecido pela prática. Esses padrões são flexíveis e contêm idealizações que podem ser transformadas ou substituídas, dependendo do material histórico e contextual com o qual venham a interagir. A prática, por sua vez, não é simplesmente o material bruto que é regulado pela razão, nem simplesmente o que permite à razão mover-se num âmbito concreto. A razão depende da prática, para que seus princípios sejam compreendidos e efetivados, e a prática depende da razão, para que seus conteúdos sejam organizados. Essa dependência traduz-se em termos de interação, na qual a própria prática só é apreendida como tal na sua relação com a razão e vice-versa.

Em síntese, Feyerabend pretende salientar a igualdade de condições tanto da prática quanto da razão. Elas intervêm de igual modo entre si, não interagindo somente uma com a outra, mas com todo o contexto mais amplo do qual fazem parte:

O interacionismo sustenta que a Razão e a Prática intervêm na história igualmente. A Razão já não é um agente que dirige as outras tradições, mas é uma tradição por direito próprio, com tanto (ou tão pouco) direito a ocupar o centro de cena como qualquer outra tradição. (FEYERABEND, 1982: p. 3 – tradução da autora)

Esse modo de apreensão das relações entre razão e prática conduz Feyerabend a afirmar que ambas (razão e prática) são “prática”:

O que é chamado “razão” e “prática” são dois tipos diferentes de prática, estando a diferença em que um exhibe claramente alguns aspectos formais simples e facilmente documentáveis, fazendo-nos, assim, esquecer as propriedades complexas e dificilmente entendidas que garantem a simplicidade e a documentabilidade, enquanto o outro esconde os aspectos formais sob uma grande variedade de propriedades acidentais. (FEYERABEND, 1993: p. 224 – grifo no original; tradução da autora)

O autor, ao afirmar que prática e razão são diferentes tipos de prática, amplia suas reflexões e procura também analisar como procedem as relações entre a prática científica, a prática racional e outras práticas ou, do modo como o autor alude, a tradição científica, a tradição racional e outras tradições.

O interacionismo permite a compreensão da posição de Feyerabend acerca das relações entre os princípios racionais e a prática efetiva da ciência. O autor descarta a existência de uma razão universal, independente da prática, e contextualiza a racionalidade (ou razão).

Deste modo, torna-se possível falar não *da* racionalidade, compreendida nos termos de um padrão universal, mas de “*racionalidades*”.

A racionalidade feyerabendiana permitiria trabalhar com diferentes modos de apreensão da realidade; numa argumentação, permitiria a realização de um processo comparativo de visões, de teorias e ideias, pois exercitar-se-ia no contexto do pluralismo teórico e metodológico.

Tal racionalidade não conduziria, contudo, a um âmbito racional fragmentado, mas seria uma racionalidade que vincularia, através de procedimentos interativos, os diversos contextos científicos, na medida em que se desenvolveria vislumbrando as interações entre diferentes práticas. Ela trabalharia com um modelo lógico-conceitual refletido num determinado enfoque contextual e conduziria à aquisição do conhecimento não no sentido de um conhecimento científico acumulado por sua obtenção através de um método único para vários contextos cognitivos, mas no sentido de um conhecimento que varia e se modificaria de acordo com o contexto de teorização, de análise e de pesquisa em que fosse inserido.

O racional expressar-se-ia numa atividade com adequação teórico-factual, não no sentido simples de comparação de uma teoria com uma experiência, mas no sentido de permitir procedimentos cognitivos que comparariam as teorias entre si, experiências entre si e, também, teorias e experiências entre si. Isto se daria sem a imposição de práticas e visões umas sobre as outras, mas através da convivência mútua de diferentes

pontos de vista e da possibilidade de apreensão de diferenças e semelhanças desses modos de apresentação e compreensão do mundo. Não haveria, assim, a total separação entre teórico e observacional, contexto de justificação e descoberta e prescrições metodológicas e descrições históricas.

A lógica, por sua vez, seria considerada dentro da multiplicidade de sistemas formais e visões de mundo:

Para começar, temos que recordar que não existe “uma lógica”, mas muitos sistemas diferentes de lógica, uns mais familiares, outros quase desconhecidos. [...] as leis de todo sistema lógico aplicam-se somente na medida em que os conceitos mantêm-se estáveis através de uma argumentação: condição raramente cumprida no debate científico de interesse. (FEYERABEND, 1984: p. 166 – tradução da autora)

[...] não existe um aspecto único – LÓGICA – subjacente a todos os domínios considerados. Existe Hegel, existe Brouwer, existem os numerosos sistemas lógicos considerados pelos construtivistas modernos. E estes não se limitam a oferecer interpretações diferentes de um mesmo e só montante de “fatos” lógicos, como referem-se também a “fatos” diferentes. (FEYERABEND, 1993: p. 195 – tradução da autora)

As razões, tanto lógicas quanto empíricas, seriam consideradas no âmbito próprio das diferentes situações científicas, não sendo as únicas relevantes para o progresso científico, sugerindo uma nova interpretação do que sejam “boas razões”, numa interação direta com a “subjetividade” e valores do indivíduo. Diz ele:

[...] É claro que a adesão às novas ideias terá de ser conseguida por *meios irracionais*, como a propaganda, a emoção, as hipóteses *ad hoc* e os preconceitos de toda espécie. Tornam-se necessários esses “meios irracionais” para dar apoio àquilo que não passa de fé cega, até que disponhamos das ciências auxiliares, de fatos, de argumentos que transformem a fé em “conhecimento” bem fundado. (FEYERABEND, 1993: p. 114 – grifo no original; tradução da autora)

A racionalidade científica feyerabendiana faria crescer a humanidade, as aptidões e a consciência individuais, bem como a qualidade das instituições, na medida em que não importaria de antemão princípios determinantes e demarcadores de ideias a serem exploradas e consideradas relevantes à ciência. A determinação da relevância de regras, ideias e procedimentos depreender-se-ia de condições práticas específicas, permitindo um espaço à subjetividade na ciência:

[...] o desenvolvimento da ciência, sua relação com as condições externas, sejam ideias ou circunstâncias materiais, tais como as exigências de guerra, *só podem ser determinadas de uma forma prática*. [...] todo intento de generalizar essa descrição e convertê-la numa teoria da mudança científica deve fracassar. Por quê? Porque o resultado de condições que são em parte “objetivas” (por exemplo, propriedades dos materiais) também contém um amplo componente “subjetivo”. [...] Ambas condições podem permanecer estáveis durante grandes períodos de tempo, mas a estabilidade das relações abstratas causadas por isto não mostra que encontramos por fim a natureza da Razão Científica: só mostra que o espírito do mundo às vezes dorme. (FEYERABEND, 1984: pp. 71-72 – grifo no original; tradução da autora)

Feyerabend se apresenta como contrário ao racionalismo que inibe a imaginação, criatividade, emotividade e individualidade humanas; inibição que, segundo ele, restringe a liberdade do indivíduo, na medida em que este tende a deixar de lado suas ideias individuais, suas escolhas alternativas e valores que guiam tais escolhas, para seguir o padrão imposto por um único e atemporal método, por um conjunto uniforme e pre-determinado de regras e princípios.

Esta racionalidade científica, ao salientar o papel do sujeito cognoscente e de sua interação com a multiplicidade contextual da prática da ciência, abre espaço para que se pense o racional em termos de formação de juízos individuais e desenvolvimento contínuo de estratégias de pesquisa. Esta possibilidade de apreensão da racionalidade feyerabendiana pode ser compreendida levando-se em consideração, por exemplo, a proposta de Harold Brown⁴ para a racionalidade da ciência.

Segundo Brown, é necessário adotar um modelo de racionalidade que, no lugar de considerar a conclusão algorítmica a partir de bases seguras como fundamental e a ideia de sujeito racional como derivada, faça, da habilidade de julgar do sujeito, a base da racionalidade das crenças. Nestes termos, a racionalidade não consistiria somente em seguir regras, mas em ter a capacidade de decidir (de escolher) em que momento segui-las e como utilizar-se delas.

O julgamento científico é considerado por Brown uma habilidade comparável à “sabedoria prática” aristotélica, na qual a “pessoa racional” pode exercer um bom julgamento em casos de dificuldade, particularmente nos casos em que não há um conjunto claro de regras que guiem as ações em contextos específicos (BROWN, 1990: p. 183).

4 Vide BROWN, Harold. *Rationality*. London and New York: Routledge, 1990.

Apesar de esse julgamento ser uma habilidade de indivíduos, ele possui um elemento social. Isto implica que as crenças racionais ficam submetidas à apreciação, avaliação e criticismo da comunidade envolvida, assim como ocorre com qualquer afirmação científica (até mesmo as obtidas por algoritmo). Deste modo, Brown apresenta seu modelo alternativo ao que ele denomina modelo tradicional⁵ de racionalidade, em três passos:

O primeiro passo é considerar a noção de agente racional como fundamental. [...] Como um segundo passo considerarei a habilidade em fazer julgamentos, naquelas situações em que não há regras suficientes para determinar nossa decisão, como um traço característico do agente racional. [...] O terceiro passo requerido pelo nosso novo modelo de racionalidade é a introdução de um elemento social: para uma crença baseada no julgamento ser racional, ela deve se submeter à comunidade daqueles que compartilham o conhecimento relevante para avaliação contra seus próprios julgamentos. (BROWN, 1990: pp. 185-187 - tradução da autora)

À luz de Brown, é possível afirmar que Feyerabend, ao apresentar a importância da determinação do sujeito na escolha dos princípios norteadores de suas escolhas e ações, abre espaço para que surja, na sua proposta epistemológica, noções como liberdade, vontade e responsabilidade, dentro de um contexto no qual a razão é prática e a prática é racional.

É neste sentido que as questões epistemológicas presentes na análise do autor implicam questões éticas. A prática científica pressupõe sistemas de valores que vão além dos puramente cognitivos tanto na escolha de elementos da pesquisa (os valores éticos do próprio cientista) quanto nas consequências e responsabilidades éticas do empreendimento científico no âmbito de circunstâncias sociais mais amplas.

Na proposta de Feyerabend, há a valorização do papel do indivíduo no processo de aquisição de conhecimento, considerando as condições objetivas de operacionalização de princípios. Em outras palavras, as escolhas do sujeito cognoscente, dentro das condições contextuais específicas, são importantes noções que pressupõem a historicidade e a multiplicidade como critérios de julgamento científico. Isto sugere uma reflexão a respeito de como o contínuo razão-prática implica valores éticos de ação e é nesta medida que surge a possibilidade de um paralelo com a abordagem ética de Alasdair MacIntyre (1929-).

5 Modelo este cujas principais características são, segundo Brown, a *universalidade*, a *necessidade*, a existência de um *conjunto de regras que garantem a solução de um problema através de um número finito de passos (algoritmo)*.

A racionalidade ética segundo Aladair MacIntyre

MacIntyre, preocupado em devolver as bases racionais às teorias práticas e morais da atualidade, propõe visitar a ética das virtudes de Aristóteles, sem desconsiderar as particularidades históricas das tradições nas quais os indivíduos se encontram.

A racionalidade prática, na perspectiva de Alasdair MacIntyre, toma como base a ética aristotélica das virtudes assumida como uma tradição de pesquisa racional.

A noção de tradição macIntyriana torna-se elemento essencial do entendimento racional no âmbito prático, ou seja, afirma “a tese de que não existe racionalidade prática fora das tradições, mas só internamente às mesmas; que não há um ‘grau zero da racionalidade’ a partir do qual pensar e agir racionalmente passem a fazer sentido originariamente, mas sim que o espaço da racionalidade ética é o espaço aberto das tradições” (CARVALHO, 1999: p. 79).

É na tradição que emerge a racionalidade, não existindo racionalidade prática fora destas. As tradições, por sua vez, são históricas, contingentes e responsáveis pela formação do caráter do sujeito ético-moral. O sujeito ético-moral adquire sua maturidade através da reflexão sobre vícios e virtudes, por meio de juízos construídos no interior de uma comunidade. Existe, assim, dentro da estrutura das tradições, uma concepção de pesquisa que é responsável pela elaboração de um modo de vida social e moral. É essa concepção de pesquisa racional que MacIntyre acredita ser capaz de devolver a racionalidade aos conceitos e práticas morais contemporâneos. A tradição é, portanto, compreendida como:

[...] uma argumentação desenvolvida ao longo do tempo, na qual certos acordos fundamentais são definidos e redefinidos em termos de dois tipos de conflitos com críticos e inimigos externos à tradição que rejeitam todos ou pelo menos partes essenciais dos acordos fundamentais, e os debates internos, interpretativos, através dos quais o significado e a razão dos acordos fundamentais são expressos e por cujo progresso uma tradição é constituída. (MACINTYRE, 2007: p. 23)

O problema central que perpassa toda obra de MacIntyre é a preocupação em reabilitar um paradigma de racionalidade ética que encarne a contingência e natureza histórica das teorias e práticas morais em uma ordem social, portanto, que se estruture e se reconheça como uma tradição moral de pesquisa racional. Com isto, ele busca resgatar o valor epistemológico das tradições para a compreensão do ser humano.

Segundo ele, não há condições de existir uma reflexão moral e, conseqüentemente, uma fundamentação racional independente do contexto das tradições. Portanto, não há um universalismo ético nos padrões iluministas, mas uma pluralidade de posições que em si mantêm uma unidade conceitual. É na defesa desta unidade que a ética aristotélica das virtudes desempenha seu papel na argumentação do filósofo.

Para MacIntyre, somente o restabelecimento do paradigma da tradição das virtudes vai devolver a qualidade racional ao agir e ao pensar moral. Ele fundamenta sua abordagem numa visão *teleológica* de ser humano constituído na narrativa histórica que situa as ações morais no quadro de um conjunto de princípios e padrões racionais que resultam de debates externos e internos. Ele considera as virtudes como disposições que, além de manterem práticas, alcançando os bens internos a estas práticas, conduzem para a busca do bem. Esta conceituação de “virtudes” é complexa porque encerra em si partes constituídas em diferentes estágios de desenvolvimento lógico. Estes estágios são: as práticas, a unidade narrativa da vida humana e as tradições. Cada um dos estágios é modificado e reinterpretado pelo que lhe é posterior, ao mesmo tempo que é parte essencial dele (deste estágio posterior).

O primeiro dos estágios é o que MacIntyre denomina de prática. Cito:

[prática] qualquer forma complexa e coerente de atividade cooperativa humana, socialmente estabelecida, por meio da qual bens internos são realizados na busca de alcançar aqueles padrões de excelência que são apropriados e parcialmente definidores dessa forma de atividade, resultando que os poderes humanos para alcançar a excelência, e as concepções dos fins e bens envolvidos, são sistematicamente ampliados. (MACINTYRE, 2007: p. 137)

A prática constitui o exercício das virtudes na esfera individual, na qual dois tipos de bens podem ser alcançados. Os bens externos, contingentes às práticas por força das circunstâncias sociais, e os bens internos. Estes últimos podem ser alcançados exclusivamente no engajamento em alguma prática particular, envolvendo padrões de excelência compreendidos historicamente. Eles são internos, pois só podem ser especificados nos termos de uma prática e por meio de exemplos dela. Eles só podem ser identificados e reconhecidos na experiência de participar dessa prática.

Neste momento, entende-se por virtude:

(...) uma qualidade humana adquirida, cuja posse e exercício costuma nos capacitar a alcançar aqueles bens internos às práticas e cuja

ausência nos impede, para todos os efeitos, de alcançar tais bens. (MACINTYRE, 2007: p. 321)

De acordo com MacIntyre, algumas virtudes são necessárias como componentes de qualquer prática, são elas: a justiça, a coragem e a honestidade. Segundo ele, estas virtudes servem como referência na definição do convívio com as pessoas com quem se compartilham propósitos, visto que toda prática leva a um tipo de relacionamento entre os que dela participam.

Mas o escopo das virtudes na vida humana não se reduz à prática, na qual inicialmente as virtudes são definidas. MacIntyre afirma que se a definição do conceito de virtude for reduzida ao contexto da prática, se chegará a uma situação em que as pretensões de uma prática podem ser incompatíveis com as de outras e aí se instaure um contexto puramente emotivista, sem justificção racional.

É aí que, da prática, se avança para o segundo estágio de desenvolvimento das virtudes – o da unidade narrativa da vida humana. A unidade narrativa da vida humana exige que o exercício de diversas virtudes tenha coerência entre si. Cada vida humana, ao possuir uma unidade narrativa, pode ser justificada como tendo seu bem, e as virtudes podem ser compreendidas como tendo a função de habilitar cada indivíduo a fazer de sua vida um tipo de unidade e não outro. Neste estágio das virtudes, o “eu” não se reduz a episódios fragmentados e isolados na ordem temporal. A unidade narrativa articula intenções, crenças e ambientação social do agente de forma histórica, tornando a ação deste agente inteligível. Tais narrativas são históricas e não são, a rigor, isoladas, pois uma narrativa pode estar mergulhada em outra. Em outras palavras, cada indivíduo é personagem de uma variedade de narrativas ao mesmo tempo, várias delas inseridas umas nas outras, pois os indivíduos não são mais do que coautores de suas próprias narrativas.

Eis que surge, aqui, uma segunda concepção de virtude agora compreendida como:

[...] disposições que, além de nos sustentar e capacitar para alcançar os bens internos às práticas, também nos sustentam no devido tipo de busca pelo bem, capacitando-nos a superar os males, os riscos, as tentações e as tensões com que nos deparamos, e que nos fornecerão um autoconhecimento cada vez maior, bem como um conhecimento do bem cada vez maior. (MACINTYRE, 2007: pp. 368-369)

Em síntese, a unidade narrativa da vida humana, na forma de atos e palavras, tenta responder sistematicamente às questões acerca do que é bom para cada indivíduo e o que é bom para o indivíduo enquanto ser

humano. Ela constitui o tecido histórico dos significados formados pelas respostas a essas duas questões.

O terceiro estágio, que é o da tradição, introduz a relação do indivíduo com a sua comunidade. Ela é o local no qual o agente ético-moral desenvolve seus raciocínios, é o espaço da racionalidade. A tradição é uma narrativa dos debates que conduziram a sua formulação ao estágio atual; é o local no qual todo raciocínio tem lugar, transcendendo por meio da crítica e da invenção as limitações do que foi até então pensado. A busca de um indivíduo pelo seu bem está, de um modo geral, inserida no contexto definido das tradições das quais a vida do indivíduo faz parte; assim também ocorre com os bens internos às práticas e os bens de uma vida particular. Segundo MacIntyre:

[tradição] uma discussão historicamente estendida, socialmente encarnada, e uma discussão precisamente em parte acerca dos bens que constituem essa tradição. Dentro de uma tradição, a busca dos bens estende-se através das gerações, algumas vezes por muitas gerações. Daí que a busca individual pelo bem de cada um é, de um modo geral e característico, conduzida dentro de um contexto definido por essas tradições, das quais a vida dos indivíduos é uma parte, e isto é verdade tanto desses bens que são internos às práticas quanto dos bens de uma vida única. (MACINTYRE, 2007: p. 222)

Em última análise, a justificação racional é, deste ponto de vista, essencialmente histórica e se realiza no interior de uma tradição particular como uma narrativa que dá conta de como os primeiros princípios das teorias se constituíram e chegaram ao seu estado atual. A pesquisa racional resolve o problema de posições rivais em disputa não abolindo a diversidade, mas considerando-a e transformando-a de modo a viabilizar uma solução. Não há um padrão argumentativo universal, e o modo como cada tradição constrói suas histórias é que pode dar uma resposta ética aos conflitos dos seres humanos. Os debates éticos são formulados ao se enfrentar crises e questões que surgem no interior das práticas constitutivas da tradição de pesquisa e ação éticas.

O autor desenvolve a ética das virtudes dentro de um pensamento contemporâneo, conciliando uma visão de dinamismo das tradições com concepções racionais incorporadas a estas mesmas tradições. A justificação ética encarna, assim, a contingência e a historicidade, mantendo a racionalidade.

Esta contingência e esta historicidade não conduzem necessariamente a um relativismo, na medida em que mesmo que não haja alguma maneira definitiva de uma tradição ética-moral de vencer e afastar a possibilidade de outra tradição, visões opostas podem dialogar umas com as

outras por meios tais como a análise de questões de coerência interna e de reconstrução de dilemas que levam a crises epistemológicas.

Em última análise, no embate entre tradições rivais, cada tradição terá sua própria problemática interna, suas incoerências, seus problemas julgados segundo seus próprios pressupostos, definindo a solução satisfatória a partir de padrões explicitados na narrativa histórica que a constitui. Portanto, o que capacita a fazer uma avaliação e uma escolha racional e objetiva entre teorias competidoras morais é a aplicação de padrões históricos e não padrões absolutos. É a perspectiva histórica que fornece as bases racionais para a escolha entre tradições.

Considerações finais

Paul Feyerabend, com *Contra o Método* (1975), sua principal obra no campo epistemológico, e Alasdair MacIntyre, com *After Virtue* (1981), sua principal obra no campo da ética, embora histórica e teoricamente distantes em suas abordagens, fornecem elementos que permitem uma aproximação de pontos específicos de suas propostas acerca da racionalidade.

Isto é possível, na medida em que consideramos Paul Feyerabend não unicamente como aquele que desconstrói ou critica negativamente a perspectiva racionalista, mas como quem direciona sua crítica ao racionalismo científico universalista. O autor, com seu estilo polêmico e vibrante, propõe que se encare a ciência dentro da multiplicidade de sua prática real. Ele recusa a ideia tradicional de ciência submetida a padrões fixos e impessoais de orientação de pesquisas e que permitem a demarcação do conhecimento científico. Feyerabend recusa a pretensão de se isolar a ciência como a única e legítima maneira de os seres humanos compreenderem o mundo que os rodeia.

A postura feyerabendiana sugere o abandono de critérios de demarcação entre filosofia, ciência e outros tipos de sistemas, estimulando a reflexão acerca de como se estabelecem as interações entre o sujeito cognoscente e o ambiente do qual faz parte, além das interações entre pensamento científico e outras formas de pensamento. Desse modo, a proposta do autor pode ser compreendida como uma contribuição para uma filosofia da cultura, na qual elementos ético-morais desempenham papel relevante. Ele procura salientar a utilização da ciência, no seu intuito “universalizante”, como instrumento de poder e dominação cultural, tanto no interior das tradições como nas relações mais amplas entre as tradições. Nesse contexto, o autor sugere que a ciência interaja com outras formas de apreensão da natureza e passe a ser encarada como um

espaço de diálogo entre culturas e civilizações. E isto só é possível pela consciência do cientista de que muitas de suas escolhas “cognitivas” são resultado de processos contextuais interativos e de valores expressos que envolvem considerações ético-morais – o que é bom ou ruim em determinadas situações de pesquisa – e as consequências ético-morais de seus resultados.

Alasdair MacIntyre, por sua vez, não deve ser visto simplesmente como um conservador defensor da tradição. Embora ele defenda um “retorno” à tradição da ética aristotélica das virtudes, o faz num contexto contemporâneo em que a consideração da origem histórica dos princípios e valores ético-morais desempenha papel relevante.

MacIntyre, em sua abordagem, parte de um minucioso exame da história da filosofia moral. Ele busca identificar os problemas das reflexões e práticas éticas contemporâneas e culmina com uma proposta de solução ao que denomina de emotivismo ético contemporâneo que, segundo ele, é o gerador da desordem e dos desacordos éticos atuais. Para MacIntyre, é necessário um resgate da racionalidade às teorias e aos julgamentos éticos e isto só é possível identificando-se o enraizamento histórico de abordagens e práticas éticas. Assim, influenciado pela Filosofia da História de Hegel e Collingwood e afastando-se das abordagens analítica e fenomenológica, ele lança um olhar histórico-filosófico para o debate ético.

A partir desse olhar, MacIntyre se coloca, por um lado, o compromisso de identificar e descrever os pressupostos éticos do passado, avaliando os argumentos acerca da objetividade e da autoridade. Por outro lado, ele se coloca o compromisso de construir um bom argumento acerca da ética da modernidade, na medida em que, segundo ele, é pela adoção não consciente de padrões da “ética iluminista” que se instaura a situação favorável ao emotivismo contemporâneo.

Os principais problemas da ética iluminista identificados por MacIntyre são a retirada do caráter teleológico dos juízos morais e a inserção da noção de autonomia individual fundamentada numa visão a-histórica de princípios e normas éticos.

Segundo o pensador, a ética teleológica apresenta o contraste fundamental entre a natureza humana tal como existe (homem não instruído) e a natureza humana tal-como-seria-se-realizasse-seu-*telos* (se realizasse sua natureza essencial).

Neste esquema, a própria ética (enquanto atividade reflexiva) capacitaria os seres humanos a passarem do estado não instruído para o estado que realiza sua essência racional, o seu *telos*. Os preceitos morais forneceriam o caminho certo para sair da potencialidade ao ato, permitin-

do aos seres humanos entenderem sua verdadeira natureza e realizarem seu fim, alcançando o bem reconhecido dentro e entre as tradições.

Assim, ambos partem da análise minuciosa e crítica dos contextos vigentes e, não se resumindo à crítica negativa, apresentam argumentos que sugerem alternativas ao que pode ser considerado racional, quer no nível epistemológico, quer no nível ético. Um racional cujas principais características residem na contextualidade, historicidade, multiplicidade e em seu caráter interativo.

Nesse sentido, tanto Feyerabend, no âmbito epistemológico que pressupõe valores éticos, quanto MacIntyre, no âmbito ético que pressupõe tradições de pesquisa racional, orientam suas propostas racionais alicerçados na historicidade e multiplicidade contextuais.

Finalizo este artigo não com respostas fechadas, mas partindo do que Feyerabend e MacIntyre nos instigam a pensar. Por um lado, com uma indicação da necessidade de se olhar para os procedimentos científicos sob uma nova ótica para além da simplesmente “cognitiva” ou, de uma forma um pouco mais aprofundada, analisar o que constitui este “cognitivo” e como ele se constrói. Enquanto indivíduos submetidos a normas práticas de ação, os cientistas, assim como quaisquer seres humanos, são orientados por normas ético-morais. Defender uma impessoalidade na ciência ou pressupor um criticismo científico que não considere a consciência do cientista no que se refere a por que determinados procedimentos são corretos (ou não), no sentido de correção ético-moral, é afirmar uma ciência que desconsidera o cientista, e mais, é afirmar a existência de um cientista sem crítica. Pois a ciência, assim como qualquer outra atividade humana, é situada, é influenciada por valores histórico-contextuais e ético-morais. A racionalidade se constrói dialeticamente, portanto, não há uma separação clara entre o que é fornecido pela dita “racionalidade teórica” do que é fornecido pela “racionalidade prática”. O ser humano não é fragmentado, nem seu pensamento de sua ação. Portanto, as questões ético-morais devem fazer parte das questões epistemológicas, não de forma pontual, mas como aquilo que constitui o pensamento científico. Por outro lado, quando pensamos em valores éticos, estes, como o próprio MacIntyre sugere, não estão desprovidos de investigação e reflexão “teórica”. Nossos valores ético-morais têm uma origem e é no conhecimento dos princípios que regem nossas condutas (e de seu surgimento sócio-histórico) que conseguimos identificar o “bem” de nossas ações.

Referências bibliográficas

- BROWN, Harold. *Rationality*. London and New York: Routledge, 1990.
- CARVALHO, Helder Bueno Aires. *Tradição e Racionalidade na Filosofia de Alasdair MacIntyre*. São Paulo: Unimarco Editora, 1999.
- _____. *Hermenêutica e Filosofia Moral*. Curitiba: CRV, 2013.
- FEYERABEND, Paul. *Contra el Método*. Barcelona: Editorial Ariel, 1974.
- _____. *Contra o Método*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1977.
- _____. *Adeus à Razão*. Lisboa: Edições 70, 1991a.
- _____. *Diálogos sobre o Método*. Lisboa: Editorial Presença, 1991b.
- _____. *Contra o Método*. Lisboa: Relógio D'Água Editores Ltda, 1993 (tradução da edição revista de 1988).
- _____. *Against Method*. 3rd edition, London: Verso, 1993.
- _____. *Contra o Método*. (traduzido por Cezar Augusto Mortari). São Paulo: Editora Unesp, 2007 (tradução da edição inglesa de 1993).
- _____. "Potentially Every Culture is All Cultures". *Common Knowledge*, pp. 16-22, Fall 1994.
- _____. *Matando o tempo: uma autobiografia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1996.
- _____. *A Conquista da Abundância*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2006.
- _____. *Adiós a la Razón*. Madrid: Tecnos, 1984.
- _____. *La Ciencia en una Sociedad Libre*. Madrid: Siglo Veintiuno da España, 1982.
- GELLNER, E. "Além da verdade e da falsidade." *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*. Vol. I, pp. 62-76, 1980.
- LEAL, Halina. *Paul Feyerabend e as possibilidades racionais da ciência*. Curitiba: CRV, 2011.
- MACINTYRE, Alasdair. *After Virtue*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2007.
- _____. *Primeros principios, fines últimos y cuestiones filosóficas contemporáneas*. Madrid: Ediciones Internacionales Universitarias, S.A., 2003.
- _____. *Depois da Virtude*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.
- _____. *Animales racionales y dependientes – Por qué los seres humanos necesitamos las virtudes*. Barcelona, Buenos Aires, México: PAIDÓS, 2001.
- RACHEL, James. *Os Elementos da Filosofia Moral*. 4ª Edição. Barueri, SP: Manole, 2006.
- ROBINSON, Dave & GARRATT, Chris. *Entendendo Ética: Um Guia Ilustrado*. São Paulo: LeYa, 2013.

Publicações do Instituto Humanitas Unisinos



Nº 47 – *Alimento e nutrição: no contexto dos objetivos de desenvolvimento do milênio*

Cadernos IHU em formação é uma publicação do Instituto Humanitas Unisinos – IHU que reúne entrevistas e artigos sobre o mesmo tema, já divulgados na revista *IHU On-Line* e nos Cadernos IHU ideias. Desse modo, queremos facilitar a discussão na academia e fora dela, sobre temas considerados de fronteira, relacionados com a ética, o trabalho, a teologia pública, a filosofia, a política, a economia, a literatura, os movimentos sociais etc., que caracterizam o Instituto Humanitas Unisinos – IHU.



Nº 91 – *Religiões brasileiras no exterior e missão reversa – Vol. 1*

A publicação dos Cadernos Teologia Pública, sob a responsabilidade do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, quer ser uma contribuição para a relevância pública da teologia na universidade e na sociedade. A Teologia Pública busca articular a reflexão teológica em diálogo com as ciências, as culturas e as religiões, de modo interdisciplinar e transdisciplinar. Procura-se, assim, a participação ativa nos debates que se desdobram na esfera pública da sociedade. Os desafios da vida social, política, econômica e cultural da sociedade hoje, especialmente a exclusão socioeconômica de imensas camadas da população, constituem o horizonte da teologia pública. Os Cadernos Teologia Pública se inscrevem nesta perspectiva.



Nº 50 – *Ilustração e metaética em Dogville de Lars von Trier* – Pedro Marques Harres

Os Cadernos IHU divulgam pesquisas produzidas por professores/pesquisadores e por alunos dos cursos de Pós-Graduação, bem como trabalhos de conclusão de acadêmicos dos cursos de Graduação. Os artigos publicados abordam os temas ética, trabalho e teologia pública, que correspondem aos eixos do Instituto Humanitas Unisinos – IHU.



Nº 218 – *O Ser Humano na Idade da Técnica* – Umberto Galimberti

Os Cadernos IHU ideias apresentam artigos produzidos pelos convidados-palestrantes dos eventos promovidos pelo IHU. A diversidade dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é um dado a ser destacado nesta publicação, além de seu caráter científico e de agradável leitura.

CADERNOS IHU IDEIAS

- N. 01 *A teoria da justiça de John Rawls* – José Nedel
- N. 02 *O feminismo ou os feminismos: Uma leitura das produções teóricas* – Edla Eggert
- N. 03 *O Serviço Social junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo* – Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Deutrich e Magali Beatriz Strauss
- N. 04 *O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo* – Sonia Montaño
- N. 05 *Ernani M. Fiori* – Uma Filosofia da Educação Popular – Luiz Gilberto Kronbauer
- N. 06 *O ruído de guerra e o silêncio de Deus* – Manfred Zeuch
- N. 07 *BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo* – Renato Janine Ribeiro
- N. 08 *Mundos televisivos e sentidos identitários na TV* – Suzana Klipp
- N. 09 *Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho* – Márcia Lopes Duarte
- N. 10 *Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada* – Valério Cruz Brittos
- N. 11 *Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo* – Édison Luis Gastaldo
- N. 12 *Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz* – Márcia Tiburi
- N. 13 *A domesticação do exótico* – Paula Caleffi
- N. 14 *Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular* – Edla Eggert
- N. 15 *Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS* – Gunter Axt
- N. 16 *Medicina social: um instrumento para denúncia* – Stela Nazareth Meneghel
- N. 17 *Mudanças de significado da tatuagem contemporânea* – Débora Krichke Leitão
- N. 18 *As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade* – Mário Maestri
- N. 19 *Um itinerário do pensamento de Edgar Morin* – Maria da Conceição de Almeida
- N. 20 *Os donos do Poder, de Raymundo Faoro* – Helga Irace-ma Ladgraf Piccolo
- N. 21 *Sobre técnica e humanismo* – Oswaldo Giacóia Junior
- N. 22 *Construindo novos caminhos para a intervenção sociotária* – Lucilda Selli
- N. 23 *Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial* – Paulo Henrique Dionísio
- N. 24 *Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático* – Valério Rohden
- N. 25 *Imagens da exclusão no cinema nacional* – Miriam Rossini
- N. 26 *A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação* – Nisia Martins do Rosário
- N. 27 *O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS* – Rosa Maria Serra Bavaresco
- N. 28 *O modo de objetivação jornalística* – Beatriz Alcaraz Marocco
- N. 29 *A cidade afetada pela cultura digital* – Paulo Edison Belo Reyes
- N. 30 *Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde* – Porto Alegre, RS – José Fernando Dresch Kronbauer
- N. 31 *Getúlio, romance ou biografia?* – Juremir Machado da Silva
- N. 32 *A crise e o êxodo da sociedade salarial* – André Gorz
- N. 33 *A meia luz: a emergência de uma Teologia Gay – Seus dilemas e possibilidades* – André Sidnei Muskopf
- N. 34 *O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 35 *O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos* – Marco Aurélio Santana
- N. 36 *Adam Smith: filósofo e economista* – Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos
- N. 37 *Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica* – Airton Luiz Jungblut
- N. 38 *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes* – Fernando Ferrari Filho
- N. 39 *Rosa Egipcíaca: Uma Santa Africana no Brasil Colonial* – Luiz Mott
- N. 40 *Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo* – Gentil Corazza
- N. 41 *Corpo e Agenda na Revista Feminina* – Adriana Braga
- N. 42 *A (anti)filosofia de Karl Marx* – Leda Maria Paulani
- N. 43 *Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de “A Teoria da Classe Ociosa”* – Leonardo Monteiro Monasterio
- N. 44 *Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etnográfica* – Edison Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leister, Ronei Teodoro da Silva e Samuel McGinity
- N. 45 *Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistêmica de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo* – Gérard Donnadieu
- N. 46 *A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica* – Lothar Schäfer
- N. 47 *“Esta terra tem dono”. Disputas de representação sobre o passado missionário no Rio Grande do Sul: a figura de Sepé Tiaraju* – Ceres Karam Brum
- N. 48 *O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter* – Achyles Barcelos da Costa
- N. 49 *Religião e elo social. O caso do cristianismo* – Gérard Donnadieu
- N. 50 *Copérnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo* – Geraldo Monteiro Sigaud
- N. 51 *Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras* – Evilázio Teixeira
- N. 52 *Violências: O olhar da saúde coletiva* – Éida Azevedo Hennington e Stela Nazareth Meneghel
- N. 53 *Ética e emoções morais* – Thomas Kesseling
- N. 54 *Juízos ou emoções: de quem é a primazia na moral?* – Adriano Naves de Brito
- N. 55 *Computação Quântica. Desafios para o Século XXI* – Fernando Haas
- N. 56 *Atividade da sociedade civil relativa ao desarmamento na Europa e no Brasil* – An Vranckx
- N. 57 *Terra habitável: o grande desafio para a humanidade* – Gilberto Dupas
- N. 58 *O crescimento como condição de uma sociedade convívil* – Serge Latouche
- N. 59 *A natureza da natureza: auto-organização e caos* – Günter Küppers
- N. 60 *Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades* – Hazel Henderson
- N. 61 *Globalização – mas como?* – Karen Gloy
- N. 62 *A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida* – Cesar Sanson
- N. 63 *Incidente em Antares e a Trajetória de Ficção de Erico Veríssimo* – Regina Zilberman

- N. 62 *Três episódios de descoberta científica: da caricatura empirista a uma outra história* – Fernando Lang da Silveira e Luiz O. Q. Peduzzi
- N. 63 *Negações e Silenciamentos no discurso acerca da Juventude* – Cátia Andressa da Silva
- N. 64 *Getúlio e a Gira: a Umbanda em tempos de Estado Novo* – Artur Cesar Isia
- N. 65 *Darcy Ribeiro e o O povo brasileiro: uma alegoria humanista tropical* – Léa Freitas Perez
- N. 66 *Adoecer: Morrer ou Viver? Reflexões sobre a cura e a não cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-1675)* – Eliane Cristina Deckmann Fleck
- N. 67 *Em busca da terceira margem: O olhar de Nelson Pereira dos Santos na obra de Guimarães Rosa* – João Guilherme Barone
- N. 68 *Contingência nas ciências físicas* – Fernando Haas
- N. 69 *A cosmologia de Newton* – Ney Lemke
- N. 70 *Física Moderna e o paradoxo de Zenon* – Fernando Haas
- N. 71 *O passado e o presente em Os Inconfidentes, de Joaquim Pedro de Andrade* – Miriam de Souza Rossini
- N. 72 *Da religião e de juventude: modulações e articulações* – Léa Freitas Perez
- N. 73 *Tradição e ruptura na obra de Guimarães Rosa* – Eduardo F. Coutinho
- N. 74 *Raça, nação e classe na historiografia de Moysés Vellinho* – Mário Maestri
- N. 75 *A Geologia Arqueológica na Unisinos* – Carlos Henrique Nowatzki
- N. 76 *Campesinato negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto* – Ana Maria Lugão Rios
- N. 77 *Progresso: como mito ou ideologia* – Gilberto Dupas
- N. 78 *Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à Violência da Moeda* – Octavio A. C. Conceição
- N. 79 *Dante de Laytano e o negro no Rio Grande Do Sul* – Moacyr Flores
- N. 80 *Do pré-urbano ao urbano: A cidade missionária colonial e seu território* – Arno Alvarez Kern
- N. 81 *Entre Canções e versos: alguns caminhos para a leitura e a produção de poemas na sala de aula* – Gláucia de Souza
- N. 82 *Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de "sindicalismo populista" em questão* – Marco Aurélio Santana
- N. 83 *Dimensões normativas da Bioética* – Alfredo Culleton e Vicente de Paulo Barretto
- N. 84 *A Ciência como instrumento de leitura para explicar as transformações da natureza* – Attico Chassot
- N. 85 *Demanda por empresas responsáveis e Ética Concorrencial: desafios e uma proposta para a gestão da ação organizada do varejo* – Patrícia Almeida Ashley
- N. 86 *Autonomia na pós-modernidade: um delírio?* – Mario Fleig
- N. 87 *Gauchismo, tradição e Tradicionalismo* – Maria Eunice Maciel
- N. 88 *A ética e a crise da modernidade: uma leitura a partir da obra de Henrique C. de Lima Vaz* – Marcelo Perine
- N. 89 *Limites, possibilidades e contradições da formação humana na Universidade* – Laurício Neumann
- N. 90 *Os índios e a História Colonial: lendo Cristina Pompa e Regina Almeida* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 91 *Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo* – Franklin Leopoldo e Silva
- N. 92 *Saberes populares produzidos numa escola de comunidade de catadores: um estudo na perspectiva da Etnomatemática* – Daiane Martins Bocasanta
- N. 93 *A religião na sociedade dos indivíduos: transformações no campo religioso brasileiro* – Carlos Alberto Steil
- N. 94 *Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos* – Cesar Sanson
- N. 95 *De volta para o futuro: os precursores da nanotecnologia* – Peter A. Schulz
- N. 96 *Vianna Moog como intérprete do Brasil* – Enildo de Moura Carvalho
- N. 97 *A paixão de Jacobina: uma leitura cinematográfica* – Marín Andrea Kunz
- N. 98 *Resiliência: um novo paradigma que desafia as religiões* – Susana Maria Rocca Larrosa
- N. 99 *Sociabilidades contemporâneas: os jovens na lan house* – Vanessa Andrade Pereira
- N. 100 *Autonomia do sujeito moral em Kant* – Valério Rohden
- N. 101 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1* – Roberto Camps Moraes
- N. 102 *Uma leitura das inovações bio(nano)tecnológicas a partir da sociologia da ciência* – Adriano Premevida
- N. 103 *ECODI – A criação de espaços de convivência digital virtual no contexto dos processos de ensino e aprendizagem em metaverso* – Eliane Schlemmer
- N. 104 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2* – Roberto Camps Moraes
- N. 105 *Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres gremistas* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 106 *Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos* – Paula Corrêa Henning
- N. 107 *Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine* – Maria Isabel Barros Bellini
- N. 108 *Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, temo e democrático?* – Telmo Adams
- N. 109 *Transumanismo e nanotecnologia molecular* – Celso Candido de Azambuja
- N. 110 *Formação e trabalho em narrativas* – Leandro R. Pinheiro
- N. 111 *Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração* – Yeda Crusius no Rio Grande do Sul – Mário Maestri
- N. 112 *A comunicação paulina e as práticas publicitárias: São Paulo e o contexto da publicidade e propaganda* – Denis Gerson Simões
- N. 113 *Isto não é uma janelas: Flusser, Surrealismo e o jogo contra* – Esp. Yentl Delanhesi
- N. 114 *SBT: jogo, televisão e imaginário de azar brasileiro* – Sonia Montano
- N. 115 *Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites* – Carlos Daniel Baio
- N. 116 *Humanizar o humano* – Roberto Carlos Fávero
- N. 117 *Quando o mito se torna verdade e a ciência, religião* – Róber Freitas Bachinski
- N. 118 *Colonizando e descolonizando mentes* – Marcelo Dascal
- N. 119 *A espiritualidade como fator de proteção na adolescência* – Luciana F. Marques e Débora D. Dell'Aglio
- N. 120 *A dimensão coletiva da liderança* – Patrícia Martins Fagundes Cabral e Nedio Seminotti
- N. 121 *Nanotecnologia: alguns aspectos éticos e teológicos* – Eduardo R. Cruz
- N. 122 *Direito das minorias e Direito à diferenciação* – José Rogério Lopes
- N. 123 *Os direitos humanos e as nanotecnologias: em busca de marcos regulatórios* – Wilson Engelmann
- N. 124 *Desejo e violência* – Rosane de Abreu e Silva
- N. 125 *As nanotecnologias no ensino* – Solange Binotto Fagan
- N. 126 *Câmara Cascudo: um historiador católico* – Bruna Rafaela de Lima
- N. 127 *O que o câncer faz com as pessoas? Reflexos na literatura universal: Leo Tolstói – Thomas Mann – Alexander Soljenitsin – Philip Roth – Karl-Josef Kuschel*
- N. 128 *Dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à identidade genética* – Ingo Wolfgang Sarlet e Selma Rodrigues Pettele
- N. 129 *Aplicações de caos e complexidade em ciências da vida* – Ivan Amaral Guerrini
- N. 130 *Nanotecnologia e meio ambiente para uma sociedade sustentável* – Paulo Roberto Martins

- N. 131 *A philia como critério de inteligibilidade da mediação comunitária* – Rosa Maria Zaia Borges Abrão
- N. 132 *Linguagem, singularidade e atividade de trabalho* – Marlene Teixeira e Ederson de Oliveira Cabral
- N. 133 *A busca pela segurança jurídica na jurisdição e no processo sob a ótica da teoria dos sistemas sociais de Nicklas Luhmann* – Leonardo Grison
- N. 134 *Motores Biomoleculares* – Ney Lemke e Luciano Hennemann
- N. 135 *As redes e a construção de espaços sociais na digitalização* – Ana Maria Oliveira Rosa
- N. 136 *De Marx a Durkheim: Algumas apropriações teóricas para o estudo das religiões afro-brasileiras* – Rodrigo Marques Leistner
- N. 137 *Redes sociais e enfrentamento do sofrimento psíquico: sobre como as pessoas reconstruem suas vidas* – Breno Augusto Souto Maior Fontes
- N. 138 *As sociedades indígenas e a economia do dom: o caso dos guaranis* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 139 *Nanotecnologia e a criação de novos espaços e novas identidades* – Marise Borba da Silva
- N. 140 *Platão e os Guarani* – Beatriz Helena Domingues
- N. 141 *Direitos humanos na mídia brasileira* – Diego Airoso da Motta
- N. 142 *Jornalismo Infantil: Apropriações e Aprendizagens de Crianças na Recepção da Revista Recreio* – Greycy Vargas
- N. 143 *Derrida e o pensamento da desconstrução: o redimensionamento do sujeito* – Paulo Cesar Duque-Estrada
- N. 144 *Inclusão e Biopolítica* – Maura Corcini Lopes, Kamila Lockmann, Morgana Domênica Hattge e Viviane Klaus
- N. 145 *Os povos indígenas e a política de saúde mental no Brasil: composição simétrica de saberes para a construção do presente* – Bianca Sordi Stock
- N. 146 *Reflexões estruturais sobre o mecanismo de REDD* – Camila Moreno
- N. 147 *O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais* – Caetano Sordi
- N. 148 *Avaliação econômica de impactos ambientais: o caso do aterro sanitário em Canoas-RS* – Fernanda Schutz
- N. 149 *Cidadania, autonomia e renda básica* – Josué Pereira da Silva
- N. 150 *Imagética e formações religiosas contemporâneas: entre a performance e a ética* – José Rogério Lopes
- N. 151 *As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia: e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 152 *Entre a Revolução Mexicana e o Movimento de Chiapas: a tese da hegemonia burguesa no México ou "por que voltar ao México 100 anos depois"* – Claudia Wasserman
- N. 153 *Globalização e o pensamento econômico franciscano: Orientação do pensamento econômico franciscano e Caritas in Veritate* – Stefano Zamagni
- N. 154 *Ponto de cultura teko arandu: uma experiência de inclusão digital indígena na aldeia kaiowa e guarani Te'yikue no município de Caaraó-MS* – Neimar Machado de Sousa, Antonio Brand e José Francisco Sarmento
- N. 155 *Civilizar a economia: o amor e o lucro após a crise econômica* – Stefano Zamagni
- N. 156 *Intermitências no cotidiano: a clínica como resistência inventiva* – Máio Francis Petry Londero e Simone Mainieri Paulon
- N. 157 *Democracia, liberdade positiva, desenvolvimento* – Stefano Zamagni
- N. 158 *"Passemos para a outra margem": da homofobia ao respeito à diversidade* – Omar Lucas Perroux Fortes de Sales
- N. 159 *A ética católica e o espírito do capitalismo* – Stefano Zamagni
- N. 160 *O Slow Food e novos princípios para o mercado* – Eriberto Nascente Silveira
- N. 161 *O pensamento ético de Henri Bergson: sobre As duas fontes da moral e da religião* – André Brayner de Farias
- N. 162 *O modus operandi das políticas econômicas keynesianas* – Fernando Ferrari Filho e Fábio Henrique Bittes Terra
- N. 163 *Cultura popular tradicional: novas mediações e legitimizações culturais de mestres populares paulistas* – André Luiz da Silva
- N. 164 *Será o decrescimento a boa nova de Ivan Illich?* – Serge Latouche
- N. 165 *Agostos! A "Crise da Legalidade": vista da janela do Consulado dos Estados Unidos em Porto Alegre* – Carla Simone Rodeghero
- N. 166 *Convivialidade e decrescimento* – Serge Latouche
- N. 167 *O impacto da plantação extensiva de eucalipto nas culturas tradicionais: Estudo de caso de São Luis do Paraitinga* – Marcelo Henrique Santos Toledo
- N. 168 *O decrescimento e o sagrado* – Serge Latouche
- N. 169 *A busca de um ethos planetário* – Leonardo Boff
- N. 170 *O salto mortal de Louk Hulsmans e a desinstitucionalização do ser: um convite ao abolicionismo* – Marco Antonio de Abreu Scapini
- N. 171 *Sub specie aeternitatis – O uso do conceito de tempo como estratégia pedagógica de religação dos saberes* – Gerson Egas Severo
- N. 172 *Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais* – Bruno Pucci
- N. 173 *Técnicas de si nos textos de Michel Foucault: A influência do poder pastoral* – João Roberto Barros II
- N. 174 *Da mônada ao social: A intersubjetividade segundo Levinas* – Marcelo Fabri
- N. 175 *Um caminho de educação para a paz segundo Hobbes* – Lucas Mateus Dalsotto e Everaldo Cescon
- N. 176 *Da magnitude e ambivalência à necessária humanização da tecnociência segundo Hans Jonas* – Jelson Roberto de Oliveira
- N. 177 *Um caminho de educação para a paz segundo Locke* – Odair Camati e Paulo César Nodari
- N. 178 *Crime e sociedade estamental no Brasil: De como la ley es como la serpiente, solo pica a los descalzos* – Lenio Luiz Streck
- N. 179 *Um caminho de educação para a paz segundo Rousseau* – Mateus Boldori e Paulo César Nodari
- N. 180 *Limites e desafios para os direitos humanos no Brasil: entre o reconhecimento e a concretização* – Afonso Maria das Chagas
- N. 181 *Apátridas e refugiados: direitos humanos a partir da ética da alteridade* – Gustavo Oliveira de Lima Pereira
- N. 182 *Censo 2010 e religiões: reflexões a partir do novo mapa religioso brasileiro* – José Rogério Lopes
- N. 183 *A Europa e a ideia de uma economia civil* – Stefano Zamagni
- N. 184 *Para um discurso jurídico-penal libertário: a pena como dispositivo político (ou o direito penal como "discurso-limite")* – Augusto Jobim do Amaral
- N. 185 *A identidade e a missão de uma universidade católica na atualidade* – Stefano Zamagni
- N. 186 *A hospitalidade frente ao processo de reassentamento solidário aos refugiados* – Joseane Mariéle Schuck Pinto
- N. 187 *Os arranjos colaborativos e complementares de ensino, pesquisa e extensão na educação superior brasileira e sua contribuição para um projeto de sociedade sustentável no Brasil* – Marcelo F. de Aquino
- N. 188 *Os riscos e as loucuras dos discursos da razão no campo da prevenção* – Luis David Castiel
- N. 189 *Produções tecnológicas e biomédicas e seus efeitos produtivos e prescritivos nas práticas sociais e de gênero* – Marlene Tamanini
- N. 190 *Ciência e justiça: Considerações em torno da apropriação da tecnologia de DNA pelo direito* – Claudia Fonseca
- N. 191 *#VEMpraRUA: Outono brasileiro? Leituras* – Bruno Lima Rocha, Carlos Gadea, Giovanni Alves, Giuseppe Cocco, Luiz Werneck Vianna e Rudá Ricci

- N. 192 *A ciência em ação de Bruno Latour* – Leticia de Luna Freire
- N. 193 *Laboratórios e Extrações: quando um problema técnico se torna uma Questão sociotécnica* – Rodrigo Ciconet Domelles
- N. 194 *A pessoa na era da biopolítica: autonomia, corpo e subjetividade* – Heloisa Helena Barboza
- N. 195 *Felicidade e Economia: uma retrospectiva histórica* – Pedro Henrique de Moraes Campetti e Tiago Wickstrom Alves
- N. 196 *A colaboração de Jesuítas, Leigos e Leigas nas Universidades confiadas à Companhia de Jesus: o diálogo entre humanismo evangélico e humanismo tecnocientífico* – Adolfo Nicolás
- N. 197 *Brasil: verso e reverso constitucional* – Fábio Konder Comparato
- N. 198 *Sem-religião no Brasil: Dois estranhos sob o guarda-chuva* – Jorge Claudio Ribeiro
- N. 199 *Uma ideia de educação segundo Kant: uma possível contribuição para o século XXI* – Felipe Bragagnolo e Paulo César Nodari
- N. 200 *Aspectos do direito de resistir e a luta social por moradia urbana: a experiência da ocupação Raízes da Praia* – Natalia Martinuzzi Castilho
- N. 201 *Desafios éticos, filosóficos e políticos da biologia sintética* – Jordi Maiso
- N. 202 *Fim da Política, do Estado e da cidadania?* – Roberto Romano
- N. 203 *Constituição Federal e Direitos Sociais: avanços e recuos da cidadania* – Maria da Glória Gohn
- N. 204 *As origens históricas do racionalismo, segundo Fejeryabend* – Miguel Ângelo Flach
- N. 205 *Compreensão histórica do regime empresarial-militar brasileiro* – Fábio Konder Comparato
- N. 206 *Sociedade tecnológica e a defesa do sujeito: Technological society and the defense of the individual* – Karla Saraiva
- N. 207 *Territórios da Paz: Territórios Produtivos?* – Giuseppe Cocco
- N. 208 *Justiça de Transição como Reconhecimento: limites e possibilidades do processo brasileiro* – Roberta Carneiro Baggio
- N. 209 *As possibilidades da Revolução em Ellul* – Jorge Barrientos-Parra
- N. 210 *A grande política em Nietzsche e a política que vem em Agamben* – Márcia Rosane Junges
- N. 211 *Foucault e a Universidade: Entre o governo dos outros e o governo de si mesmo* – Sandra Caponi
- N. 212 *Verdade e História: arqueologia de uma relação* – José D'Assunção Barros
- N. 213 *A Relevante Herança Social do Pe. Amstad SJ* – José Odelso Schneider
- N. 214 *Sobre o dispositivo. Foucault, Agamben, Deleuze* – Sandro Chignola
- N. 215 *Repensar os Direitos Humanos no Horizonte da Libertação* – Alejandro Rosillo Martínez
- N. 216 *A realidade complexa da tecnologia* – Alberto Cupani
- N. 217 *A Arte da Ciência e a Ciência da Arte: Uma abordagem a partir de Paul Fejeryabend* – Hans Georg Flickinger
- N. 218 *O ser humano na idade da técnica* – Humberto Galimberti



Halina Macedo Leal é bacharel em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1998), mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2001) e doutora em Filosofia pela Universidade de São Paulo (2005). Como parte de sua pesquisa de doutorado intitulada “A Desunificação Metodológica da Ciência e o Relativismo Epistemológico”, desenvolveu estágio na Universidade de Stanford, Califórnia, no período de julho a outubro de 2004, sob a supervisão de Timothy Lenoir. Atualmente desenvolve pesquisa de pós-doutorado na Universidade do Oeste do Paraná, desenvolvendo a pesquisa intitulada: “A racionalidade

científica contextualizada segundo Paul Feyerabend e suas possíveis implicações éticas: um paralelo com Alasdair MacIntyre”, na qual analisa as possíveis conexões entre a racionalidade epistemológica feyerabendiana e a racionalidade ética macintyriana. Possui experiência na área de Filosofia, com ênfase em Teoria do Conhecimento, Filosofia da Ciência e Ética, atuando principalmente nos temas relacionados à construção da realidade, racionalidade e método científicos, relações entre história, ciência e tecnologia e implicações éticas de posturas epistemológicas não universalistas.

Algumas obras da autora

LEAL, H. M. *Paul Feyerabend e as Possibilidades Racionais da Ciência*. 1. ed. Curitiba: Editora CRV, 2011. v. 1000. 107p.

LEAL, H. M. Racionalidade Científica Contextual: uma proposta. *Filosofia Unisinos*, v. 8, p. 191-201, 2007.

LEAL, H. M. Paul Feyerabend e a racionalidade científica. In: LORENZANO, Pablo; MOLINA, Fernando Tula. (Org.). *Filosofia e Historia de la Ciencia en el Cono Sur*. Quilmes: Universidad Nacional de Quilmes, 2002, p. 85-93.

LEAL, H. M.; Regner, Anna Carolina K. P. A racionalidade na explicação darwiniana da Origem das Espécies. *Principia* (UFSC), Florianópolis, v. 3, n.2, p. 213-256, 1999.

LEAL, H. M.; Regner, Anna Carolina K. P. *Racionalidade: Uma discussão lateral com Timothy Lenoir*. Episteme (Porto Alegre), Porto Alegre, v. 2, n.4, p. 127-134, 1997.

Outras contribuições

LEAL, Halina. FLACH, Miguel. *O paradoxo tecnocientífico – Avanços tecnológicos e estagnação ética* [20/10/2014]. Revista IHU On-Line, nº 456. São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos – IHU. Entrevista concedida à Márcia Junges e Ricardo Machado.